

A. I. Nº - 281508.3001/16-6
AUTUADO - BELGO BEKAERT ARAMES LTDA.
AUTUANTE - DILSON OLIVEIRA DE ARAÚJO
ORIGEM - IFEP – DAT/NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 17.03.2017

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0013-04/17

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. OPERAÇÕES REGISTRADAS NOS LIVROS FISCAIS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES. Autuado comprova o recolhimento do imposto, no prazo regulamentar, antes do início da ação fiscal. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 30/06/16, exige ICMS no valor histórico de R\$220.523,81, mais multa de 60%, em decorrência da seguinte infração:

INFRAÇÃO 1 - 02.01.21: *“Deixou o contribuinte de recolher ICMS incidente sobre a conexão e uso dos Sistemas de Transmissão na entrada de Energia Elétrica no seu estabelecimento consumidor ligado a rede básica. Mesmo tendo sido, a Operação, regulamente escriturada e emitida a correspondente Nota Fiscal de entrada.”* Fato ocorrido nos meses de fevereiro a maio de 2012.

Complementando a acusação acima, consta que se trata de aquisição de energia elétrica, no mercado livre, sem comprovação do pagamento do ICMS de responsabilidade do adquirente, conforme estabelece o art. 400 do Dec. nº 13.780/12.

O autuado apresenta defesa, fls. 24 a 30, na qual afirma que a autuação não deve prosperar, conforme relatado a seguir.

Sustenta que o imposto exigido foi integralmente recolhido para o Estado da Bahia pelos comercializadores da energia, a quem competia essa responsabilidade, na condição de substitutos tributários, por força do Convênio CONFAZ 83/00 e do art. 370, §2º, do RICMS-BA/97.

Diz que esse fato pode ser observado pelas notas fiscais citadas no Auto de Infração, as quais evidenciam o destaque do imposto, bem como pelos respectivos comprovantes de seu recolhimento aos cofres do Estado, tudo conforme demonstrativo e documentos que apresenta. Aduz que em relação às Notas Fiscais nºs 588, 791 e 5.413 o valor recolhido é, inclusive, superior ao exigido pela Fiscalização. Menciona que os comprovantes de pagamento do imposto pela Bolt Serviços e Comercialização de Energia Ltda. identifica o número de controle da GNRE correspondente, cada qual no exato valor do ICMS destacado nas notas fiscais emitidas por essa referida empresa.

Acrescenta que a revogação do art. 370, §2º, do RICMS-BA/97, a partir de 01/04/12, não legitima a exigência do imposto do defendente. Pontua que, se o comercializador da energia recolheu o ICMS de toda a cadeia subsequente através de guia nacional, nada mais há a exigir do destinatário, pois, na prática, não há crédito tributário remanescente. Diz que, a despeito da responsabilidade do autuado pelo recolhimento do tributo, inexistente, *in casu*, o objeto da obrigação correspondente, pois o imposto já foi extinto pelo pagamento. Cita doutrina.

Ressalta que como se trata de energia elétrica adquirida para a utilização no seu processo de industrialização, acaso tivesse recolhido diretamente o ICMS teria utilizado exatamente a mesma base de cálculo adotada pelo remetente, inexistindo hipótese de ter ocorrido pagamento a menor.

Prosseguindo, afirma que, acaso superados os argumentos acima, não há de subsistir a penalidade imposta, no patamar de 60%, tendo em vista o seu caráter confiscatório, o que é vedado pelo art. 150, IV, da Constituição Federal. Cita doutrina e jurisprudência sobre a matéria. Diz que, caso seja mantida a presente cobrança, a multa deve ser, pelo menos, reduzida a patamar razoável e proporcional à infração.

Ao finalizar, solicita que o Auto de infração seja cancelado. Sucessivamente, pede o cancelamento da multa que lhe foi imposta.

Na informação fiscal, fls. 87 a 89, o autuante inicialmente faz um breve histórico do processo e, em seguida, explica que durante a ação fiscal intimou o autuado (fl. 6) a apresentar os documentos que comprovassem o direito aos créditos decorrentes das aquisições de energia elétrica. Diz que, no entanto, não lhe foram entregues os comprovantes dos pagamentos da totalidade das operações, ou, o contribuinte lhe enviou GNREs cujos documentos não estavam vinculados às notas fiscais e/ou, ao contribuinte adquirente. Assim, entendeu que não deveria homologar tais créditos, optando por lavrar o Auto de Infração.

Afirma que, após analisar o processo ora discussão, verificou que os comprovantes dos pagamentos das GNREs, juntados às fls. 66, 67, 71, 87, 77, 84 e 80, quitam o ICMS das notas fiscais, objeto deste Auto de Infração. Assim, diz que o Auto de Infração deve ser julgado improcedente.

VOTO

Conforme já relatado, no Auto de Infração em epígrafe o autuado foi acusado de ter deixado de recolher ICMS referente a aquisições de energia elétrica, efetuadas no mercado livre, sem a comprovação do pagamento do imposto, tudo conforme o demonstrativo à fl. 7 dos autos.

Em sua defesa, o autuado diz que o ICMS referente às aquisições de energia elétrica relacionadas no Auto de Infração foi recolhido em favor do Estado da Bahia pelas comercializadores da energia, a quem competia essa responsabilidade. Como prova desse seu argumento, apresentou demonstrativo e fotocópia de notas fiscais e de comprovantes de recolhimentos.

Na informação fiscal, o próprio autuante, auditor que lavrou o Auto de Infração e que teve acesso aos livros e documentos do autuado, acatou integralmente as provas trazidas na defesa e, inclusive, sugeriu que o Auto de Infração fosse julgado improcedente.

Considerando que a matéria em análise trata-se de uma questão de prova, que as comprovações trazidas na defesa atestam o pagamento tempestivo dos valores que foram exigidos na autuação e que o autuante expressamente acatou o argumento e provas trazidos na defesa, impõe-se, portanto, a decretação da insubsistência da infração que foi imputada ao autuado.

Quanto ao fato de a legislação vigente a partir de 01/04/12 passar a atribuir ao consumidor da energia elétrica a responsabilidade pelo pagamento do ICMS, não justifica a manutenção da exigência fiscal relativamente às operações descritas nas Notas Fiscais nºs 1425, 791 e 1479, pois o imposto já foi pago pelo regime de substituição tributária pelo agente comercializador da energia. Caso esse imposto que já foi pago pelo comercializador seja exigido do autuado, esse último jus a um crédito fiscal de igual valor, já que essa energia elétrica foi utilizada no processo de industrialização do autuado - fato alegado na defesa e não contestado na informação fiscal.

Em face ao acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281508.3001/16-6**, lavrado contra **BELGO BEKAERT ARAMES LTDA.**

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do artigo 169, inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de fevereiro de 2017.

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – JULGADOR